

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023.

RCS TECNOLOGIA S/A., já qualificada no certame em epígrafe, por intermédio do seu representante legal infra-assinado, vem tempestivamente, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto por GLOBAL MANUTENÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA., pleiteando a invalidação da decisão que declarou a CONTRARRAZOANTE vencedora do certame, bem como de todos os atos subsequentes, o que demonstra, claramente, o seu profundo desconhecimento da legislação, jurisprudências e do diploma editalício, bem como dos princípios basilares do procedimento licitatório, conforme razões a seguir expostas.

I – DOS FATOS

Trata-se de Recurso Administrativo interposto contra decisão que declarou a RCS TECNOLOGIA S/A, como vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, equipamentos e das instalações dos imóveis sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral localizados no município de Salvador, aí incluído o sistema de CFTV, compreendendo a alocação de postos de serviço, o fornecimento de materiais e peças de consumo básicos, a disponibilização de equipamentos e ferramental necessários à execução dos serviços, o fornecimento eventual de peças, materiais, componentes e equipamentos de reposição.

Os serviços incluem, ainda, a supervisão, assessoramento e responsabilidade técnica, integrada com efficientização energética, incluídos no custo da mão-de-obra, visitas técnicas dos responsáveis técnicos da contratada, bem como a inspeção termográfica, o tratamento químico de água, a análise da qualidade do ar interno, a análise de óleo de resfriadores de líquido (chiller), a limpeza e desinfecção dos dutos do sistema de refrigeração, a limpeza e desinfecção de reservatórios de água (subterrâneos e elevados), a disponibilização de equipamentos especiais (plataformas elevatórias articuladas, caminhão muque e andaime fachadeiro entre outros), a prestação de serviços eventuais, tais como marcenaria, impermeabilização e vidraçaria, e o fornecimento e manutenção de software de gerenciamento de manutenção, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

Cumpram-se ressaltar que a RCS TECNOLOGIA S/A. preparou sua documentação em plena consonância com o edital, prontamente aceita pelo órgão. Entretanto, a recorrente apresentou recurso protelatório contendo inúmeras ilações e informações esdrúxulas, alegando, em suma, que a CONTRARRAZOANTE deve ser inabilitada do Pregão Eletrônico nº 33/2023, em razão da suposta inobservância procedimental do pregoeiro, ao conferir a possibilidade de juntada de documentos extemporâneos do quanto previsto no edital, bem como, pelas reiteradas oportunidades de aditamento documental oportunizada apenas para a empresa recorrida, sem conferir o mesmo tratamento para a recorrente, em total descompasso com a boa-fé e princípio da competição ampla e justa.

Razão não lhe assiste.

II – TEMPESTIVIDADE

A presente peça de contrarrazões tem por objeto apontar equívocos contidos no Recurso Administrativo interposto pela GLOBAL MANUTENÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.

O prazo para interposição das contrarrazões finda-se no dia 12/04/2024 (sexta-feira), uma vez que o prazo final para interposição de recurso finalizou em 09/04/2024. Conclui-se, portanto, pela TEMPESTIVIDADE desta peça.

III – DA INEXISTÊNCIA DE FAVORECIMENTO INDEVIDO PARA A RCS.

A recorrente alega que o pregoeiro responsável pelo Pregão Eletrônico nº 33/2023, tratou as empresas licitantes (RCS e GLOBAL) de forma desigual e com ausência de isonomia.

Alega que após a sua desclassificação, o pregoeiro apenas se limitou em informar que depois da análise dos atestados de capacidade técnica da recorrente, o setor demandante constatou que não restou comprovado o atendimento a condição do item 12.1.7, alínea “b”, “v” do edital (requisito de manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar-condicionado do tipo VRF, com capacidade mínima de 220TR).

No entanto, a empresa recorrente apresentou diversos atestados para o atendimento dos requisitos técnicos previstos no edital, sendo que apenas um demonstrou a realização das atividades descritas no requisito do item 12.1.7, alínea “b”, inciso “v” do edital (requisito de manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar-condicionado do tipo VRF, com capacidade mínima de 220TR).

Veja-se abaixo análise das condições do atestado:

(print do atestado em anexo, via email)

- BTUs: 12.000btus;

- Somatório em btus apresentado no atestado: 76.800btus + 57.600btus + 16.000btus = 150.400btus;
- Convertendo de btus para TR: 150.400btus / 12.000btus = 12,53TR;
- O edital solicita 220TR, ou seja, o atestado apresentado pela recorrente não atendeu o requisito editalício.

Conforme demonstrado acima, o único atestado sobre manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar-condicionado do tipo VRF, apresentado pela recorrente não foi capaz de comprovar a capacidade técnica de 220TR (requisito do item 12.1.7, alínea "b", "v" do edital), uma vez que comprovou apenas 12,53TR.

Pela falta de atendimento do requisito de qualificação técnica, o pregoeiro responsável pelo certame licitatório decidiu pela desclassificação da empresa recorrente.

Deste modo, correta a referida decisão, tendo em vista que foi feita análise da documentação apresentada pela recorrente e constatada a falta de atendimento do requisito do item 12.1.7, alínea "b", "v" do edital.

A consequência para a falta de atendimento de requisito editalício é a desclassificação.

Ressalta-se que foi feita diligência junto a empresa recorrente, que não foi atendida pela empresa licitante.

No caso da recorrida, foi feita diligência e a empresa licitante atendeu aos pedidos do pregoeiro.

Não há que se falar em diferença de tratamento do pregoeiro em relação as empresas licitantes, tendo em vista que a recorrente não atendeu aos pedidos do pregoeiro e a recorrida quando convocada atendeu todos os pedidos, sendo por consequência declarada vencedora do certame licitatório.

A recorrente também sustenta que o tratamento para a recorrida foi diferente no sentido de que foi concedido mais de 3 (três) meses de diligências, em uma verdadeira "força tarefa" para retificar as documentações.

Ocorre que, todos os prazos legais e estipulados pelo pregoeiro foram atendidos de acordo com o que determina a legislação e edital.

Ademais, os prazos para o andamento da licitação são estabelecidos pelo órgão licitante de acordo com a sua necessidade, ou seja, não há que se falar em tratamento diferenciado.

Além disso, a recorrente também sustenta que o pregoeiro solicitou novos ajustes de planilha para a recorrida, utilizando como fundamento o princípio da razoabilidade, concedendo assim um novo prazo para ajustes e explicações.

Alega também que o pregoeiro, concedeu prazo para a recorrida ajustar a planilha, em razão dos diversos erros de preços, bem como que esses erros seriam suficientes para justificar a desclassificação da RCS.

A recorrente em nenhum momento demonstra quais foram esses "diversos erros de preços", ou seja, trata-se apenas de alegações sem o acompanhamento de comprovação.

A recorrente também alega que após a aceitação da planilha da recorrida, na fase de habilitação documental, houve aberração jurídica em relação a forma como o pregoeiro conduziu o procedimento.

Sobre as alegações mencionadas acima é importante destacar que a documentação apresentada pela recorrida atendeu todos os requisitos técnicos do edital, bem como que atendeu todos os requisitos editalícios para a composição da proposta.

RESSALTA-SE QUE A DOCUMENTAÇÃO/PROPOSTA APRESENTADA PELA RECORRIDA FOI ANALISADA E ACEITA PELO PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023, APRESENTADA DE ACORDO COM OS REQUISITOS LEGAIS.

Destaca-se que o pregoeiro realizou diligências junto a RCS e a empresa licitante prontamente atendeu aos pedidos, diferente da recorrente que foi diligenciada e não atendeu aos requisitos do edital.

Sobre a possibilidade de diligências nos procedimentos licitatórios, é importante dizer que recentemente, em licitação realizada pelo SERPRO – PE nº 702/2023, foi permitida a inclusão de documentos, o TCU se posicionou por meio do Acórdão 4242/2023-TCU-Primeira Câmara, sendo que os Ministros do TCU consideraram improcedente o mérito da representação e, em resumo, foi esclarecido que:

"considerando que, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal: "Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim); considerando que a apresentação da declaração exigida, após a realização da fase de lances, portanto, buscou apenas cumprir a formalidade exigida no edital, de forma a sanear os documentos de habilitação da licitante; Trata-se de precedente importante, alicerce para a Administração Pública em análises envolvendo saneamento de defeitos na documentação apresentada por licitantes"

O TCU vem firmando sólido entendimento no sentido de que o mais importante nos procedimentos de compras públicas é o melhor resultado pretendido e não o processo burocrático. Destaca-se que esse é o entendimento consolidado nos Acórdãos TCU nº 1.211/2021 - Plenário, 2.443/2021 - Plenário, 2.568/2021 Plenário e 443/2022 - Plenário. Resumidamente, foi estabelecido que:

"A vedação à inclusão de novo documento. não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro." "a vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação"

O aproveitamento de documentos visa, entre outras finalidades, otimizar o uso dos recursos, obter o melhor resultado com uso mínimo de pessoas e sistemas, evitar a reprodução de uma ação anteriormente realizada, que tenha o mesmo objetivo.

Em resumo o aproveitamento de documentos é o mesmo que simplificar procedimentos e, com isso, é possível reduzir o custo operacional do processo licitatório, bem como atende o interesse público.

O Pregão Eletrônico nº 33/2023, deve manter o foco no interesse público de contratar a proposta que atende os critérios técnicos estabelecidos no edital pelo menor preço, bem como deve ser observado o dever do agente público de sanar erros ou falhas identificadas durante o procedimento licitatório, mediante a constatação de que a condição técnica já existia antes da abertura da sessão pública do certame.

No presente caso a recorrente teve oportunidade de demonstrar sua qualificação técnica, mas não conseguiu atender aos pedidos do pregoeiro responsável pelo certame licitatório, o que ocasionou na sua desclassificação.

A recorrida também foi diligenciada no certame licitatório, mas atendeu prontamente os pedidos do pregoeiro e por esse motivo sagrou-se vencedora da licitação.

Conforme demonstrado acima, o entendimento do TCU é de que o pregoeiro, durante as fases de julgamento das

propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas.

No presente caso a RCS juntou todos os seus documentos no início da licitação e depois precisou apenas complementar informações por meio de diligências, o que é aceito pelo ordenamento jurídico, conforme demonstrado.

Já a recorrente apresentou todos os seus documentos e nenhum foi capaz de atender os requisitos de capacidade técnica do edital.

Além disso, é importante deixar claro que a recorrente não foi capaz de atender ao requisito do item 12.1.7, alínea "b", inciso "v" do edital, em razão de tratar-se de erro insanável, tendo em vista a quantidade inferior de TR informada no atestado apresentado.

No caso do atestado apresentado pela recorrente, não seria possível a complementação das informações de quantidade do TR, tanto é que a GLOBAL não apresentou e por conta disso foi desclassificada.

A recorrente também alega que o pregoeiro responsável pelo Pregão Eletrônico nº 33/2023, concedeu a recorrida o direito de juntada extemporânea de todos os documentos da licitação.

Ocorre que, a referida alegação não merece prosperar, haja vista que a recorrente não juntou provas sobre o que foi alegado.

Além disso, é importante deixar claro que o pregoeiro responsável pelo certame apenas solicitou que a RCS pontuasse dentro da documentação enviada no início da licitação, onde estavam os atestados.

TRATA-SE DE PROCEDIMENTO DE ORGANIZAÇÃO, ONDE A RCS APENAS DEMONSTROU ONDE ESTAVAM OS ATESTADOS PARA A ANÁLISE DO PREGOEIRO.

A recorrida apresentou diligências complementares sobre atestados que foram juntados com a documentação técnica no início da licitação, ou seja, documentos apenas para esclarecer dúvidas do pregoeiro.

A recorrente alega que a recorrida teve toda a oportunidade de juntar novos documentos suplementares sem qualquer possibilidade de indeferimento pelo pregoeiro e sua equipe, mas não apresenta sequer uma prova sobre essa afirmação.

A recorrente poderia muito bem ter analisado os documentos e ter apresentado alguma diferença na documentação, no entanto, nada foi apresentado, tratando-se apenas de meras alegações sem a apresentação de provas concretas.

Ante o exposto, é possível verificar que os argumentos apresentados pela recorrente são inválidos e todos os pedidos formulados no recurso aqui contrarrazado devem ser indeferidos, principalmente o pleito de invalidação da decisão que declarou a RCS vencedora do certame.

IV - DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, evidencia-se o intuito da recorrente em postergar e protelar a conclusão do certame ao impetrar o recurso aqui contrarrazado, e mais, a comprometer seu julgamento, ferindo o princípio da Celeridade Processual, Eficiência, Supremacia do Interesse Público e da Administração e, principalmente, o da Ética e Moralidade.

Sendo assim, conclui-se a exposição solicitando que a Comissão de Licitação rejeite o pedido de desclassificação da proposta ofertada pela RCS TECNOLOGIA S/A., negando provimento ao recurso administrativo interposto pela recorrente.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 12 de abril de 2024.

RCS TECNOLOGIA S/A
RODRIGO DA COSTA SILVA
Sócio Administrador

JANINE SANTANA DOURADO
Coordenadora Jurídica – RCS
OAB/DF nº 41.763

[Voltar](#) **[Fechar](#)**